



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, para prestar esclarecimentos a respeito dos valores e procedimentos relacionados à restauração de bens danificados no Palácio do Planalto e em outros órgãos públicos, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito dos valores e procedimentos relacionados à restauração de bens danificados no Palácio do Planalto e em outros órgãos públicos, conforme amplamente noticiado pela mídia¹:

1. Qual foi o valor total gasto com a restauração dos bens danificados em decorrência dos atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023? Especificamente, quanto foi desembolsado diretamente pelo Poder Executivo e quanto foi custeado por parcerias ou acordos internacionais?
2. Quais empresas, instituições ou profissionais foram contratados para a execução das restaurações e quais os critérios utilizados para a escolha desses prestadores de serviços? Houve realização de licitação

¹ <https://revistapoder.uol.com.br/2025/01/08/governo-revela-custos-da-recuperacao-de-obras-do-planalto>
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-gastou-mais-de-r-23-milhoes-para-restaurar-itens-depredados-no-8-de-janeiro>
<https://guaiba.com.br/2025/01/08/8-1-completa-dois-anos-com-reparos-em-andamento-e-gastos-que-superam-os-r-26-milhoes>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 12:04:41.780 - Mesa

RIC n.759/2025

- para essas contratações? Caso contrário, justificar a dispensa de licitação.
3. Qual foi o valor total investido na restauração do relógio Balthazar Martinot? Quem foram os responsáveis pela recuperação na Suíça e quais os custos diretos e indiretos envolvidos nesse processo?
 4. Houve acompanhamento por parte da Controladoria-Geral da União (CGU) ou do Tribunal de Contas da União (TCU) durante as contratações e o uso dos recursos? Existe previsão para auditorias ou inspeções adicionais relacionadas a essas despesas?
 5. Há obras ou itens que ainda não foram restaurados? Caso positivo, qual é o custo estimado para sua recuperação e qual é o cronograma previsto para a conclusão das restaurações pendentes?

JUSTIFICATIVA

O controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos são pilares fundamentais da administração pública, especialmente em um momento em que o Brasil enfrenta desafios econômicos e sociais. Os valores gastos na restauração de bens danificados durante os atos de 8 de janeiro de 2023 suscitam questionamentos relevantes que precisam ser devidamente esclarecidos à sociedade brasileira.

A restauração de itens como o relógio Balthazar Martinot, uma peça histórica de inestimável valor cultural, envolve custos significativos e processos técnicos específicos. Contudo, é essencial garantir que tais procedimentos sejam conduzidos com observância aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e moralidade administrativa.

A escolha de prestadores de serviços para essas restaurações deve obedecer critérios claros e transparentes, preferencialmente por meio de licitação pública, salvo nos casos em que a dispensa seja devidamente justificada. Qualquer indício de irregularidade ou favorecimento pode comprometer a legitimidade dos gastos e a confiança da população nas instituições.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 12:04:41.780 - Mesa

RIC n.759/2025

Os recursos públicos empregados nessas restaurações pertencem à sociedade e, portanto, devem ser geridos de maneira responsável. O esclarecimento sobre os valores pagos, bem como a identificação das empresas ou profissionais contratados, é indispensável para assegurar que não houve superfaturamento ou qualquer tipo de má gestão.

Além disso, a participação de órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) é essencial para garantir a fiscalização de todas as etapas dos processos. Caso essas instituições não tenham participado ativamente, justifica-se a necessidade de auditorias específicas para analisar a regularidade das despesas realizadas.

A preservação do patrimônio histórico e cultural é um dever do Estado, mas deve ser conduzida sem prejuízo do rigor na aplicação dos recursos. A destinação de verbas públicas para a recuperação de obras de arte e bens culturais deve ser equilibrada com outras prioridades nacionais, como saúde, educação e segurança pública.

As informações solicitadas também são importantes para avaliar se os gastos foram compatíveis com a urgência e a gravidade da situação enfrentada, especialmente considerando o impacto das depredações para a integridade das instituições democráticas.

A transparência nesse processo não apenas fortalece a democracia, mas também reafirma o compromisso das autoridades públicas com a ética e o respeito ao contribuinte. O esclarecimento desses pontos é fundamental para evitar interpretações equivocadas, promovendo um debate mais qualificado sobre a gestão do patrimônio público.

Além disso, a recuperação de bens ainda não restaurados deve ser acompanhada de cronogramas claros e valores estimados, de forma a garantir a conclusão das intervenções com eficiência e previsibilidade.

Por fim, este requerimento também busca fomentar o fortalecimento das instituições de controle e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização no uso dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

recursos públicos, prevenindo eventuais desvios e assegurando que o dinheiro do contribuinte seja empregado de maneira responsável e eficiente.

A sociedade brasileira tem o direito de saber como são utilizados os recursos arrecadados por meio de tributos e se tais investimentos estão alinhados às reais necessidades da população. Somente com acesso à informação é possível construir uma administração pública verdadeiramente transparente e comprometida com os princípios republicanos.

O presente requerimento, portanto, não visa apenas apurar responsabilidades ou identificar possíveis falhas, mas também colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública e a promoção de uma cultura de responsabilidade fiscal e administrativa.

Diante do exposto, considera-se indispensável que o Poder Executivo forneça as informações requeridas, contribuindo para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições democráticas e na gestão responsável do patrimônio público.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

